



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS

DISPENSA ELETRÔNICA
Nº. 018/2026/DISPENSA/SLC/PMB

PREFEITURA MUNICIPAL
DE
BURITIS-RO

AVISO

Recomendamos aos participantes a leitura atenta às condições/exigências expressas neste aviso e seus anexos, notadamente quanto ao credenciamento, objetivando uma perfeita participação no certame licitatório.

Dúvidas: (69) 9.9991-2637
Email: cpl@buritis.ro.gov.br





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS

AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA

Nº 018/2026/SLC/PMB

PROCESSO ADM. N.º 340/SEMA/2026

1. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

1.1. **PREÂMBULO:**

A Prefeitura do Município de Buritis-RO, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ n.º 01.266.058/0001-44 com sede à Rua São Lucas, n.º 2476, Setor 06, Buritis-RO, torna público que realizará **DISPENSA ELETRÔNICA**, com critérios de julgamento tipo **MENOR PREÇO**, critério de julgamento **POR ITEM**, tendo por finalidade a **Aquisição de kits bomba submersa com filtro UV**. Em conformidade com o Art. 75, inciso II da Lei Federal n.º 14.133/2021, Decreto Municipal N.º 13.509/2023 e demais legislações aplicáveis, em conformidade com a autorização contida no Processo.

1.1.1. A sessão inaugural desta DISPENSA dar-se-á por meio do sistema eletrônico, na data e horário, conforme abaixo:

LOCAL:	https://licitanet.com.br
DATA DA SESSÃO:	11/05/2026
HORÁRIO DA FASE DE LANCES:	Das 08h30min. às 14h30min. (horário de Brasília).
VALOR TOTAL ESTIMADO:	R\$ 4.017,40 (quatro mil e dezessete reais e quarenta centavos).
CRITÉRIO DE JULGAMENTO:	Menor Preço por ITEM
DIFERENÇA MÍNIMA ENTRE LANCES	0,5% (meio por cento)
PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS:	SIM

1.1.2. Os horários mencionados neste Aviso de dispensa referem-se ao horário oficial de Brasília - DF, salvo quando explicitamente descrito em contrário.

1.2 JUSTIFICATIVA DA DISPENSA:

1.2.1. As compras e contratações das entidades públicas seguem obrigatoriamente um regime regulamentado por Lei.

1.2.2. O fundamento principal que reza por esta iniciativa é o artigo. 37, inciso XXI, da Constituição Federal de 1988, no qual determina que as obras, os serviços, compras e alienações devem ocorrer por meio de licitações.

1.2.3. Desta forma, como citado, unindo a necessidade da secretaria com a existência de empresa especializada em supri-la, diante da saciedade de um dos princípios norteadores do Direito Administrativo, qual seja o Princípio da Eficiência, devendo esta estar presente em todos os atos administrativos principalmente nas licitações.





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS

1.2.4. Para Luiz Alberto Blanchet, “a licitação é o meio pelo qual a Administração Pública deve atender as necessidades da comunidade, e, sendo que tal, deve ser um processo eficaz”, e no caso exposto, é evidente o atendimento a tais características, visto que se trata de uma contratação de pequeno valor para O Gabinete do Prefeito, visando atender aos departamentos vinculados, que prima pela eficácia dos serviços públicos.

1.2.5. Na mesma análise Vladimir da Rocha França aponta que: "O princípio da eficiência administrativa estabelece o seguinte: toda ação administrativa deve ser orientada para concretização material e efetiva da finalidade posta pela lei, segundo os cânones jurídico-administrativo."

1.2.6. O presente procedimento licitatório se enquadra na modalidade legalmente prevista pelo Artigo 75, Inciso II da Lei Federal nº: 14.133 de 01 de abril de 2021 e Decreto nº 12.807/2025, que aponta as normas gerais para licitações e contratos na administração pública:

Art. 75. É dispensável a licitação:

II - Para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 65.492,11 (sessenta e cinco mil quatrocentos e noventa e dois reais e onze centavos), no caso de outros serviços e compras;

1.2.7. Ademais, os doutrinadores justificam as hipóteses de dispensa de licitação pelo fato de o custo de um procedimento licitatório ser superior ao benefício que dele poderia ser extraído, como no caso em questão uma vez que a **Dispensa de Licitação Eletrônica possui fase de disputa com lances por um período de 6 horas fazendo os licitantes a apresentar o seu menor valor possível.**

1.2.8. Da justificativa da dispensa de licitação pela secretaria solicitante:

1.2.8.1 A aquisição do referido kit mostra-se necessária para assegurar eficiência no processo de circulação e filtragem da água, contribuindo para a manutenção da qualidade e das condições adequadas de funcionamento do sistema ao qual será destinado, prevenindo problemas decorrentes de impurezas, proliferação de microrganismos e comprometimento da estrutura do sistema hidráulico ou de armazenamento de água.

1.2.8.2 O investimento justifica-se por atender às demandas operacionais da Administração Pública, promovendo maior eficiência, durabilidade e segurança no funcionamento do sistema, além de contribuir para a correta manutenção dos equipamentos e infraestrutura existentes. A medida também observa os princípios da eficiência, economicidade, planejamento e interesse público, previstos na Lei nº 14.133/2021, assegurando a adequada aplicação dos recursos públicos e a continuidade dos serviços prestados.

2. DO OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA

2.1 O objeto da presente Dispensa é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação, por **DISPENSA DE LICITAÇÃO de Aquisição de kits bomba submersa com filtro UV.** Conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Aviso de Contratação Direta e seus anexos.

1.1.3. DAS ESPECIFICAÇÕES E DA ESTIMATIVA DE PREÇOS:

ITEM	DESCRIÇÃO	UND.	CATMAT	QUANT.	VALOR UNT.	VALOR TOTAL
------	-----------	------	--------	--------	---------------	----------------





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS

01	Kit Ocean Tech Bomba 6000l/h Ac 6000 + Filtro Uv 13w Frequência :60hz Especificações Técnicas: Modelo:AC-6000 Potência:55W Vazão Mínima:3.000 L/h Vazão Máxima:6.000 L/h Coluna D'água:3,6m Conexões: 15, 21 e 26mm Dimensões (CxLxA): 21x9x12,5cm Comprimento do Cabo de Energia: 2m Comprimento do Cabo do Controlador:1,4m Filtro UV 13W: Potência do Filtro UV: 13W Capacidade Máxima do Filtro: 6.000 L Modelo Detalhado do Filtro UV:13W Tipo de Filtração: Mecânico com raios UV Dimensões do Filtro UV (CxLxA):27x9x8cm Disponível nas versões 110V ou 220V	UND	482095 Genérico	2	R\$ 2.008,70	R\$ 4.017,40
----	--	-----	--------------------	---	-----------------	-----------------

1.2. O critério de julgamento adotado será o menor preço **POR ITEM**, observadas as exigências contidas neste Aviso de Contratação Direta e seus Anexos quanto às especificações do objeto.





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS

1.3. Justificativa da Secretaria Solicitante quanto a indicação de marca:

1.3.1 Considerando a necessidade de reativar a fonte ornamental da Prefeitura Municipal de Buritis, na qual será introduzida vida aquática (peixes ornamentais), e visando garantir a qualidade da água para preservar a saúde dos peixes, foi realizada pesquisa técnica e de mercado referente a equipamentos de bombeamento com sistema de filtragem UV.

1.3.2 Constata-se que a empresa Ocean Tech é a única que fabrica no mercado nacional o kit integrado composto por bomba submersa modelo AC-6000, com vazão regulável entre 3.000 a 6.000 litros/hora, associada a filtro UV de 13W, adequado para volume de até 6.000 litros, condição ideal para a fonte em questão.

1.3.3 Outros fabricantes oferecem bombas e filtros UV, porém vendidos separadamente, sem kits integrados com as especificações técnicas não compatíveis, o que dificultaria a instalação, manutenção e garantia do sistema. Além disso, os filtros UV da Ocean Tech são exclusivos e não compatíveis com outras bombas do mercado, a Ocean. tech apresenta vantagens técnicas e operacionais significativas compatibilidade total entre bomba e filtro UV, assegurando maior eficiência no tratamento da água; facilidade de instalação e manutenção, uma vez que se trata de um sistema projetado para funcionar de forma conjunta; exclusividade do filtro UV, o que garante melhor desempenho e evita adaptações que poderiam comprometer o funcionamento do sistema; economia energética, com consumo adequado à necessidade da fonte e menor impacto ambiental.

1.3.4 Para fins comparativos, também avaliamos o kit Filtro Lago JPF-150 18W com Bomba TM-10000, indicado para lagos de maior porte (até 7.000 litros), com vazão de até 10.000 litros/hora, potência maior (filtro UV 18W), porém superdimensionado para a fonte da Prefeitura, implicando em maior consumo de energia, custos elevados e possível perturbação do ambiente aquático, prejudicando os peixes.

1.3.5 Diante do exposto, conclui-se que o Kit Ocean Tech AC-6000 + Filtro UV 13W não apenas atende de forma precisa às necessidades da fonte ornamental da Prefeitura, como também representa a opção mais vantajosa para o município, aliando eficiência técnica, sustentabilidade, economia e praticidade.

1.4. OBSERVAÇÃO: A descrição que prevalece é a do termo de referência e deste aviso de dispensa.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA

3.1 A participação na presente dispensa eletrônica ocorrerá por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, no endereço eletrônico www.licitanet.com.br.

3.1.1. O procedimento será divulgado no LICITANET e no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP.

3.1.2. O custo de operacionalização pelo uso da Plataforma, a título de remuneração pela utilização dos recursos da tecnologia da informação ficará a cargo do licitante, que poderá escolher entre os Planos disponíveis na plataforma de execução: www.licitanet.com.br.

3.1.3. O referido pagamento/remuneração possui amparo legal no art. 175 parágrafo § 1º da Lei nº 14.133/21.

3.1.4. O licitante poderá promover a sua inscrição e credenciamento para participar da dispensa eletrônica, para inscrição e cadastramento da proposta inicial de preços.





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS

3.1.5. O LICITANET atuará como órgão provedor do sistema eletrônico nos termos firmados com a Prefeitura Municipal de Buritis.

3.1.6. O fornecedor é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no Sistema de Dispensa Eletrônica, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao órgão entidade promotor do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.

3.2. Não poderão participar desta dispensa de licitação os fornecedores:

3.2.1. que não atendam às condições deste Aviso de Contratação Direta e seu(s) anexo(s);

3.2.2. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.2.3. que se enquadrem nas seguintes vedações:

a) autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

b) empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

c) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

d) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão da contratação, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

e) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

f) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

3.2.3.1. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;

3.2.3.2. O disposto na alínea “c” aplica-se também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor;

3.2.4. organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário); e

3.2.5. sociedades cooperativas.





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS

3.2.6 Não poderá participar, direta ou indiretamente, da dispensa eletrônica agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.

4. DO INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL

4.1. O ingresso do fornecedor na disputa da dispensa eletrônica ocorrerá com o cadastramento de sua proposta inicial, na forma deste item.

4.2. O fornecedor interessado, após a divulgação do Aviso de Contratação Direta, encaminhará, exclusivamente por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço ou o desconto, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento.

4.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço ou o desconto ofertado, vinculam a Contratada.

4.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto;

4.4.1. A proposta deverá conter declaração de que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

4.4.2. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será aquela correspondente à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.6. Independentemente do percentual do tributo que constar da planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos pela legislação vigente.

4.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência e/ou Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de entregar os itens nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.8. Uma vez enviada a proposta no sistema, os fornecedores **NÃO** poderão retirá-la, substituí-la ou modificá-la;

4.9. No cadastramento da proposta inicial, o fornecedor deverá, também, assinalar Termo de Aceitação, em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS

- 4.9.1.** que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- 4.9.2.** que está ciente e concorda com as condições contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;
- 4.9.3.** que se responsabiliza pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo-as como firmes e verdadeiras;
- 4.9.4.** que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213/91.
- 4.9.5.** que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

5. DA FASE DE LANCES

- 5.1.** A partir das **08h30min. (horário de Brasília)** da data estabelecida neste Aviso de Contratação Direta, a sessão pública será automaticamente aberta pelo sistema para o envio de lances públicos e sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo encerrado no horário de finalização de lances também já previsto neste aviso.
- 5.2.** Iniciada a etapa competitiva, os fornecedores deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 5.2.1.** O lance deverá ser ofertado pelo **Valor Unitário do item**.
- 5.3.** O fornecedor somente poderá oferecer valor inferior ou maior percentual de desconto em relação ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 5.3.1.** O fornecedor poderá oferecer lances sucessivos iguais ou superiores ao lance que esteja vencendo o certame, desde que inferiores ao menor por ele ofertado e registrado pelo sistema, sendo tais lances definidos como “lances intermediários” para os fins deste Aviso de Contratação Direta.
- 5.3.2.** O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta é de **0,5% (meio por cento)**.
- 5.4.** Havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.
- 5.5.** Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 5.6.** Durante o procedimento, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do menor lance ou do maior desconto registrado, vedada a identificação do fornecedor.
- 5.7.** Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances, haverá o seu encerramento, com o ordenamento e divulgação dos lances, pelo sistema, em ordem crescente de classificação.
- 5.7.1.** O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática pontualmente no horário indicado, sem qualquer possibilidade de prorrogação e não havendo tempo aleatório ou mecanismo similar.

6. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS

- 6.1.** Encerrada a fase de lances, será verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação.
- 6.2.** No caso de o preço da proposta do primeiro colocado estar acima do preço máximo definido para a contratação, poderá haver a negociação de condições mais vantajosas.
- 6.2.1.** Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida a melhor proposta com preço compatível ao estipulado pela Administração.
- 6.2.2.** A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, exclusivamente por meio do sistema, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação.
- 6.3.** Em qualquer caso, concluída a negociação, se houver, o resultado será registrado na ata do procedimento da dispensa eletrônica, devendo esta ser anexada aos autos do processo de contratação.
- 6.4.** Constatada a compatibilidade entre o valor da proposta e o estipulado para a contratação, será solicitada ao fornecedor a adequação da proposta ao valor negociado, acompanhada de documentos complementares, se necessários.
- 6.5.** O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.
- 6.6.** Será desclassificada a proposta vencedora que:
- 6.6.1.** contiver vícios insanáveis;
- 6.6.2.** não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;
- 6.6.3.** apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 6.6.4.** não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 6.6.5.** apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.
- 6.7.** Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:
- 6.7.1.** for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.
- 6.7.1.1.** serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração.
- 6.8.** Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o fornecedor comprove a exequibilidade da proposta.
- 6.9.** Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.
- 6.10.** Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- 6.11.** Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.
- 6.12.** Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, será iniciada a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta.





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS

7. DA HABILITAÇÃO

7.1. Os documentos a serem exigidos para fins de **habilitação** constam do **ANEXO I – DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO** deste aviso e serão solicitados do fornecedor mais bem classificado na fase de lances.

7.2. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do fornecedor detentor da proposta classificada em primeiro lugar, será verificado o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no processo de contratação direta ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.2.1. Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF;

7.2.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), da Controladoria Geral da União – CGU, que resultará em efeitos de inabilitação a depender da natureza da sanção aplicada; (<http://www.portaltransparencia.gov.br/ceis>);

7.2.3. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa (CNIA), do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, que resultará em efeitos de inabilitação a depender da natureza da sanção aplicada; (http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);

7.2.4. Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual – CAGEFIMP, que resultará em efeitos de inabilitação a depender da natureza da sanção aplicada (<http://www.transparencia.ro.gov.br/Fornecedor/EmitirCertidao>);

7.2.4.1. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas dos subitens “7.2.2” e “7.2.3” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>)

7.2.5. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

7.2.6. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.3. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos fornecedores será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

7.3.1. É dever do fornecedor atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, quando solicitado, a respectiva documentação atualizada.

7.3.2. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do fornecedor, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).

7.4. Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares, indispensáveis à confirmação dos já apresentados para a habilitação, ou de documentos não constantes do SICAF, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital, por meio do sistema, no prazo de 120 (cento e vinte) minutos, sob pena de inabilitação. (art. 19, § 3º, da IN Seges/ME nº 67, de 2021).





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS

7.5. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

7.6. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

7.7. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

7.8. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

7.9. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.

7.10. Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Contratação Direta.

7.10.1. Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente, e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação.

7.11. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.

8. DA CONTRATAÇÃO

8.1. A relação contratual entre a Administração Contratante e a Empresa será regulada através de Ordem de Faturamento e/ou Nota de Empenho, visto que não será necessário firmar termo de contrato devido à natureza da aquisição se tratar de entrega imediata e integral dos produtos.

9. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1. Comete infração administrativa o fornecedor que praticar quaisquer das hipóteses previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

9.1.1. dar causa à inexecução parcial a contratação;

9.1.2. dar causa à inexecução parcial da contratação que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

9.1.3. dar causa à inexecução total da contratação;

9.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

9.1.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

9.1.6. não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

9.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

9.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução;





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS

- 9.1.9.** fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução da contratação;
- 9.1.10.** comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 9.1.10.1.** Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.
- 9.1.11.** praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.
- 9.1.12.** praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 9.2.** O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
- a)** Advertência pela falta do subitem 9.1.1 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- b)** Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 9.1.1 a 9.1.12;
- c)** Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 9.1.2 a 9.1.7 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- d)** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 9.1.8 a 9.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;
- 9.3.** Na aplicação das sanções serão considerados: (art. 156, §1º):
- 9.3.1.** a natureza e a gravidade da infração cometida;
- 9.3.2.** as peculiaridades do caso concreto;
- 9.3.3.** as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 9.3.4.** os danos que dela provierem para o Contratante;
- 9.4.** a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 9.5.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
- 9.6.** A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.
- 9.7.** A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.
- 9.8.** Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS

fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização PAR.

9.9. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

9.10. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

9.11. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999. 8.11. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação.

9.12. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência em anexo a este Aviso.

10. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:

10.1.1. republicar o presente aviso com uma nova data;

10.1.2. valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.

10.1.2.1. No caso do subitem anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento.

10.1.3. fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.

10.2. As providências dos subitens 10.1.1 e 10.1.2 também poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto).

10.3. Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.

10.4. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

10.5. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.

10.6. Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de lances observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS

10.7. No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

10.8. As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.

10.9. Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Contratação Direta e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso.

11. DOS ANEXOS

11.1. Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I: DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO;

ANEXO II: MODELO DA PROPOSTA COMERCIAL (PREÇOS);

ANEXO III: DECLARAÇÃO NOS TERMOS DO INCISO XXXIII DO ARTIGO 7º DA C.F. DE 1988;

ANEXO IV: TERMO DE REFERÊNCIA.

Buritis – RO, 04 de maio de 2026.

Elaborado por:

Jayne da Silva Barbosa Beltrão

Assessora Exec. da Superintendência de Licitações e Contratações

Portaria: 287/GAB/2024

Revisado e Aprovado por:

Thiago Alves de Sousa

Superintendente de Licitações e Contratações

Portaria: 205/GAB/2023





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS

ANEXO I - DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO

1. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA:

1.1. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

1.2. Microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

1.3. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

1.4. Sociedade empresária estrangeira com atuação permanente no País: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

1.5. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

1.6. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária - inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

1.7. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei n.º 5.764, de 1971;

1.8. Documentos de identificação contendo RG e CPF do(s) sócio(s) ou sócio administrador;

1.9. Instrumento de procuração, devidamente registrado em Cartório (quando for o caso), acompanhado dos documentos pessoais do procurador (RG e CPF);

1.10. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

2. DA REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

2.1. prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

2.2. prova de regularidade fiscal perante a **Fazenda Nacional**, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS

Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

2.3. prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (**FGTS**); admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento;

2.4. prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a **Justiça do Trabalho**, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

2.5. DECLARAÇÃO de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

2.6. prova de regularidade com a Fazenda **Estadual, Municipal ou Distrital** do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

2.6.1. caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos *estaduais/municipais* ou distritais relacionados ao objeto, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de certidão ou declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou por meio de outro documento equivalente, na forma da respectiva legislação de regência





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS

ANEXO II: MODELO DA PROPOSTA COMERCIAL (PREÇOS);

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
DISPENSA ELETRÔNICA Nº 018/2026/SLC
PROCESSO Nº 340/SEMA/2026

LICITANTE _____

CNPJ: _____ TEL. FAX: _____

E-MAIL: _____

ENDEREÇO: _____

C. CORRENTE: _____ AG.: _____ BANCO: _____

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDAD E DE MEDIDA	QUANT.	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)

Valor total:

Valor total por extenso:

Prazo de validade da Proposta: _____ (_____) dias (mínimo 60 dias)

Garantia:

Outras informações:

Declaramos que estamos de pleno acordo com todas as condições estabelecidas no Termo de referência e seus Anexos, bem como aceitamos todas as obrigações e responsabilidades especificadas no Termo de Referência. - Declaramos que nos preços cotados estão incluídas todas as despesas que, direta ou indiretamente, fazem parte do presente objeto, tais como gastos da empresa com suporte técnico e administrativo, impostos, seguros, taxas, ou quaisquer outros que possam incidir sobre gastos da empresa, sem quaisquer acréscimos em virtude de expectativa inflacionária e deduzidos os descontos eventualmente concedidos. - Nos seja adjudicado o objeto da licitação, comprometemo-nos em, e para esse fim fornecemos os seguintes dados:

Local, _____ de _____ de 2026.

Nome e assinatura do Representante Legal





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS

ANEXO III: **DECLARAÇÃO NOS TERMOS DO INCISO XXXIII DO ARTIGO 7º DA C.F. DE 1988;**

MODELO DE DECLARAÇÃO NOS TERMOS DO INCISO XXXIII DO ARTIGO 7º DA CF
EMPRESA:

Referência: DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 018/SLC/2026.

ABERTURA: ____/____/____ às ____ h

OBJETO: Aquisição de kits bomba submersa com filtro UV.

A: PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS.

Declaramos em atendimento ao previsto na **DISPENSA ELETRÔNICA Nº. 018/SLC/2026** de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição.

Buritis, ____ de ____ de 2026.

Representante da Empresa

Obs.: Se o licitante possuir menores de 16 anos na condição de aprendizes deverá declarar expressamente





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS

ANEXO IV – TERMO DE REFERÊNCIA





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

TERMO DE REFERÊNCIA

Processo Administrativo nº 000340.01.01-2026

Categoria do Objeto: Equipamentos e material permanente

1.CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1 O presente Termo de Referência tem por objetivo Aquisição de 02 (dois) kits bomba submersa com filtro UV, modelo AC-6000 ou equivalente técnico de qualidade igual ou superior, com vazão aproximada de 6.000 L/h, destinado ao funcionamento da fonte ornamental da entrada do Município.

ITEM	DESCRIÇÃO	CODIGO	UND	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	Kit Ocean Tech Bomba 6000l/h Ac-6000 + Filtro Uv 13w Frequência :60hz Especificações Técnicas: Modelo:AC-6000 Potência:55W Vazão Mínima:3.000 L/h Vazão Máxima:6.000 L/h Coluna D'água:3,6m Conexões: 15, 21 e 26mm Dimensões (CxLxA): 21x9x12,5cm Comprimento do Cabo de Energia:2m Comprimento do Cabo do Controlador:1,4m Filtro UV 13W: Potência do Filtro UV: 13W Capacidade Máxima do Filtro: 6.000 L Modelo Detalhado do Filtro UV:13W Tipo de Filtração: Mecânico com raios UV	482095 (Generico)	Un	02	R\$ 2.008,70	R\$ 4.017,40

Rua São Lucas, nº2476, Setor 06
Buritis/RO, CEP: 76.880-000 – Fone 69 9 9912-5990
CNPJ 01.266.058/0001-44





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Dimensões do Filtro UV (CxLxA):27x9x8cm					
Disponível nas versões 110V ou 220V					
TOTAL					R\$ 4.017,40

1.2. Os itens a serem adquiridos correspondem à aquisição de 2 (dois) Kit Ocean Tech, os quais se classificam como equipamentos e material permanente, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar (ETP) que fundamenta a presente contratação, considerando sua durabilidade, vida útil prolongada e incorporação ao patrimônio público.

1.3. A vigência da contratação perdurará até o integral cumprimento das obrigações assumidas pelas partes, abrangendo a entrega definitiva dos equipamentos e o pagamento das despesas correspondentes, nos termos da Lei nº 14.133/2021. Em razão do baixo valor do objeto e da simplicidade da aquisição, a formalização ocorrerá exclusivamente por meio de Nota de Empenho, dispensada a celebração de contrato administrativo formal, conforme autoriza o art. 95, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

1.4. A despesa decorrente desta aquisição será custeada com recursos orçamentários da Secretaria Municipal de Administração, estando devidamente prevista no Plano Anual de Contratações (PAC) do Município de Buritis/RO, referente ao exercício vigente, em conformidade com o planejamento institucional e orçamentário.

1.5. Ressalta-se que a presente contratação se enquadra como contratação direta, por dispensa de licitação em razão do valor, nos termos do art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, por se tratar de aquisição de bens comuns cujo valor se encontra dentro do limite legal estabelecido. Tal procedimento assegura a economicidade, eficiência e celeridade do processo administrativo, sem prejuízo da estrita observância dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência e transparência

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA AQUISIÇÃO

Rua São Lucas, nº2476, Setor 06
Buritis/RO, CEP: 76.880-000 – Fone 69 9 9912-5990
CNPJ 01.266.058/0001-44





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

2.1. A fundamentação da necessidade da aquisição, bem como a definição do quantitativo, encontra-se detalhadamente apresentada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares (ETP), que integram este Termo de Referência como apêndice.

2.2. Este Termo de Referência estabelece os elementos que orientam a aquisição de Kit Ocean Tech composto por Bomba AC-6000 com capacidade de 6.000 litros por hora e Filtro UV de 13W, classificados como equipamentos e material permanente, destinados ao apoio das atividades desenvolvidas pela Administração Municipal, especialmente no que se refere à circulação, filtragem e tratamento da água, garantindo condições adequadas de funcionamento dos sistemas que dependem desse tipo de equipamento.

2.3. A aquisição do referido kit mostra-se necessária para assegurar eficiência no processo de circulação e filtragem da água, contribuindo para a manutenção da qualidade e das condições adequadas de funcionamento do sistema ao qual será destinado, prevenindo problemas decorrentes de impurezas, proliferação de microrganismos e comprometimento da estrutura do sistema hidráulico ou de armazenamento de água.

2.4. O investimento justifica-se por atender às demandas operacionais da Administração Pública, promovendo maior eficiência, durabilidade e segurança no funcionamento do sistema, além de contribuir para a correta manutenção dos equipamentos e infraestrutura existentes. A medida também observa os princípios da eficiência, economicidade, planejamento e interesse público, previstos na Lei nº 14.133/2021, assegurando a adequada aplicação dos recursos públicos e a continuidade dos serviços prestados.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1. A descrição detalhada da solução proposta encontra-se apresentada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar (ETP), que constitui apêndice integrante deste Termo de Referência. O objeto da presente aquisição caracteriza-se como equipamento e material permanente, conforme definição das normativas vigentes, considerando sua durabilidade, vida útil prolongada e incorporação ao patrimônio público.

3.2. A solução consiste na aquisição de Kit Ocean Tech composto por Bomba AC-6000 com capacidade aproximada de 6.000 litros por hora (6.000 L/h) e Filtro UV 13W, ou equipamento equivalente de qualidade e desempenho iguais ou superiores, novos e de primeiro uso., destinados à

Rua São Lucas, nº2476, Setor 06
Buritis/RO, CEP: 76.880-000 – Fone 69 9 9912-5990
CNPJ 01.266.058/0001-44





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

circulação, filtragem e tratamento da água, garantindo a adequada manutenção da qualidade da água e o funcionamento eficiente do sistema ao qual será destinado.

3.3. Os equipamentos deverão atender às especificações técnicas mínimas definidas neste Termo de Referência, observando critérios de qualidade, eficiência, durabilidade e segurança, bem como estar em conformidade com as normas técnicas aplicáveis, garantindo o adequado funcionamento do sistema e a segurança durante sua utilização.

3.4. A adoção da solução proposta contribui para melhor desempenho do sistema de circulação e filtragem da água, proporcionando maior eficiência operacional, redução de riscos de contaminação e melhor conservação da estrutura onde o equipamento será utilizado. Além disso, promove o uso racional dos recursos públicos, em consonância com os princípios da economicidade, eficiência, planejamento e interesse público, previstos na Lei nº 14.133/2021.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Poderão participar deste procedimento de contratação todas as empresas legalmente constituídas e especializadas no fornecimento do material descrito, desde que atendam integralmente à especificação constantes neste Termo de Referência e comprovem regularidade fiscal, jurídica, conforme exigido pela legislação vigente

4.2. A empresa contratada deverá garantir a qualidade do kit fornecido, responsabilizando se pela substituição de quaisquer defeitos, avarias, falhas de fabricação ou estejam em desacordo com as especificações técnicas exigidas, sem ônus adicional para a Administração Pública.

4.3. A contratada será integralmente responsável por prejuízos causados à Secretaria Municipal de Administração em decorrência de atrasos injustificados, descumprimento contratual, entrega de material em desconformidade, negligência ou qualquer outra falha no atendimento das obrigações previstas. Nesses casos, poderão ser aplicadas as penalidades previstas na legislação vigente, especialmente na Lei nº 14.133/2021.

4.4. Caberá à empresa contratada arcar com todas as despesas de frete, transporte, carregamento, descarregamento e quaisquer outros encargos diretos ou indiretos necessários para a entrega dos materiais no local indicado pela Administração, sem qualquer custo adicional além do valor global proposto.

4.5. O kit deverá ser novo, de primeiro uso, sem sinais de uso ou remanufatura.

Rua São Lucas, nº2476, Setor 06
Buritis/RO, CEP: 76.880-000 – Fone 69 9 9912-5990
CNPJ 01.266.058/0001-44





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

4.6.A substituição do equipamento que apresenta avaria no transporte, defeitos de fabricação ou que estiverem em desconformidade com o solicitado deverá ser realizada no prazo máximo de 5 (cinco) dias corridos após notificação formal da Administração Pública, sem prejuízo à continuidade do serviço ou utilização do material, e sem custos adicionais ao Município.

4.7. Ficam impedidas de participar do certame as empresas enquadradas em qualquer das seguintes situações:

4.8 Que estejam em processo de falência, recuperação judicial, dissolução, liquidação ou em regime de concurso de credores;

4.9 Que participem em regime de consórcio, coligadas, controladas ou subsidiárias entre si, em desconformidade com a legislação vigente;

4.10 Que tenham sido declaradas inidôneas ou estejam suspensas de contratar com a Administração Pública, em qualquer esfera, desde que tal penalidade tenha sido publicada oficialmente e ainda esteja em vigor;

4.11 Empresas estrangeiras que não apresentem documentação de habilitação válida e devidamente autenticada por consulado brasileiro e traduzida por tradutor juramentado;

4.12 Empresas que tenham, em seu quadro societário ou funcional, servidores públicos vinculados ao Município de Buritis/RO, inclusive na condição de sócios, dirigentes ou administradores.

Sustentabilidade

4.13. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente especificados na descrição do objeto, deverão ser observados os seguintes requisitos, com base no **Guia Nacional de Contratações Sustentáveis**:

4.14. O Kit Ocean Tech deverá ser fornecido, preferencialmente, em embalagens com o menor volume possível, fabricadas com materiais recicláveis e/ou reutilizáveis, que assegurem proteção adequada dos equipamentos durante as etapas de transporte, manuseio e armazenamento, contribuindo para a redução da geração de resíduos sólidos e dos impactos ambientais.

4.15. Os equipamentos deverão apresentar eficiência energética compatível com o uso pretendido, priorizando modelos que proporcionem menor consumo de energia elétrica, contribuindo para a redução do consumo energético e para o uso racional dos recursos naturais, sempre que aplicável.





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

4.16. Sempre que possível, os equipamentos deverão possuir selo ou certificação de conformidade do INMETRO, ou atender às normas técnicas nacionais pertinentes, assegurando padrões mínimos de segurança, qualidade, desempenho e eficiência energética.

4.17. A contratada deverá adotar práticas sustentáveis no fornecimento do objeto, incluindo a destinação ambientalmente adequada de resíduos eventualmente gerados durante o processo de entrega, observando a legislação ambiental vigente.

Da vedação de utilização de marca/produto

4.18. No presente caso, a escolha da marca Kit Ocean Tech AC-6000 com Filtro UV 13W encontra-se justificada tecnicamente em documento próprio já constante do processo administrativo, de ID: 3.9AB.999 em razão de critérios técnicos objetivos, como desempenho, eficiência energética e facilidade de manutenção. A indicação da marca visa assegurar o adequado funcionamento do equipamento, a economicidade e a qualidade da aplicação dos recursos públicos, sem caráter restritivo ou discriminatório, estando plenamente justificada nos termos legais.

Subcontratação

4.19. Não será admitida a subcontratação, total ou parcial, do objeto contratual.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

DO LOCAL/HORÁRIO

5.1. O material descrito neste Termo de Referência deverá ser entregue no Almoxarifado Central da Prefeitura Municipal de Buritis, localizado na Avenida Ayrton Senna, nº 2727, Setor 07 (ao lado da balança), Buritis/RO – CEP: 76.880-000. O recebimento será realizado de segunda a sexta-feira, no horário das 07h30min às 13h30min, mediante agendamento prévio, pelo telefone (69) 99962-6980.

5.2 PRAZO E FORMA DE ENTREGA DO OBJETO

5.3. O objeto da aquisição deverá ser entregue integralmente, conforme as quantidades e especificações estabelecidas, observando as condições previstas no Edital, e na respectiva Nota de Empenho. Os itens deverão ser devidamente acondicionados, de forma a garantir sua integridade e segurança durante todo o transporte até o local de entrega.

5.4. O prazo para entrega dos produtos será de até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir do recebimento da ordem de faturamento, que será encaminhada ao e-mail informado pela

Rua São Lucas, nº2476, Setor 06
Buritis/RO, CEP: 76.880-000 – Fone 69 9 9912-5990
CNPJ 01.266.058/0001-44





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

adjudicatária em sua proposta. A comunicação será acompanhada da Nota de Empenho e/ou da Ordem de Faturamento, devendo ocorrer em remessa única.

5.5. Caso a entrega não possa ser realizada dentro do prazo estipulado, a empresa contratada deverá comunicar formalmente os motivos com, no mínimo, 5(cinco) dias de antecedência da data prevista, para que a Administração possa analisar eventual solicitação de prorrogação. Ficam ressalvadas, para fins de justificativa, as hipóteses de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovadas.

5.6. GARANTIA

5.6.1. O Kit Ocean Tech composto por Bomba AC-6000 (6.000 L/h) e Filtro UV 13W deverá conter, obrigatoriamente, especificações técnicas completas, incluindo descrição detalhada do item, marca, modelo, capacidade, potência, voltagem e demais características técnicas relevantes, bem como referências às normas técnicas e regulamentações aplicáveis, especialmente aquelas relacionadas aos padrões de qualidade, segurança e desempenho exigidos, sendo vedada a substituição por produto similar diverso do ofertado, salvo mediante autorização prévia da Administração e desde que comprovada equivalência técnica.

5.7. Garantia dos Produtos

5.7.1. A empresa vencedora do certame deverá assegurar garantia mínima de 12 (doze) meses, contados a partir da data do recebimento definitivo dos equipamentos, nos termos do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990). Durante o período de garantia, a contratada será integralmente responsável por quaisquer defeitos de fabricação, vícios aparentes ou ocultos, devendo realizar, sem qualquer ônus para a Administração, todos os reparos, correções ou substituições necessárias, garantindo o pleno funcionamento dos equipamentos.

5.8. Garantia da contratação

5.8.1. A dispensa da exigência de garantia contratual justifica-se em virtude da natureza e do valor da presente aquisição, considerados de baixo risco financeiro para a Administração Pública. A imposição de garantias, nesses casos, poderia representar um ônus desproporcional aos fornecedores, impactando negativamente a competitividade e a economicidade do certame.

5.8.2. Assim, considerando que se trata de aquisição de bens de uso comum, com valores reduzidos e sem complexidade de fornecimento, a exigência de garantias se revela excessiva e injustificada, sendo, portanto, dispensada com fundamento técnico e jurídico.

Rua São Lucas, nº2476, Setor 06
Buritis/RO, CEP: 76.880-000 – Fone 69 9 9912-5990
CNPJ 01.266.058/0001-44





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

6. DA FISCALIZAÇÃO RECEBIMENTO DOS MATERIAIS

6.1. Fiscal Técnico: Responsável por verificar a qualidade, conformidade e adequação dos produtos entregues, assegurando que atendam integralmente às especificações do Termo de Referência e às condições estabelecidas na contratação formalizada por meio de Nota de Empenho. Compete ao fiscal técnico registrar eventuais não conformidades e adotar as medidas necessárias para correção, garantindo a plena satisfação das necessidades da Secretaria Municipal de Administração.

6.2. Fiscal Administrativo: Responsável pelo acompanhamento e controle administrativo do processo de aquisição, verificando e conferindo toda a documentação pertinente, como notas fiscais, ordens de compra, registros administrativos e comprovantes de recebimento. Cabe ao fiscal administrativo assegurar que todos os trâmites sejam realizados em conformidade com a legislação vigente, observando os princípios da legalidade, transparência e eficiência, de modo a garantir a correta aplicação dos recursos públicos e a regularidade do fornecimento ao setor demandante.

6.3. Gestor do Contratação: Responsável por supervisionar e coordenar todas as etapas da execução da contratação formalizada por meio de nota de empenho, promovendo a integração entre os fiscais técnico e administrativo. Compete ao gestor zelar pelo cumprimento das obrigações contratuais, adotar providências frente a eventuais irregularidades e garantir que o objeto contratado atenda plenamente ao interesse público, observando os princípios da eficiência, economicidade e conformidade legal.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 7.1. Cumprir e fazer cumprir todos os prazos e condições do certame.
- 7.2. Solicitar formalmente à contratada, por meio da Nota de Empenho, o fornecimento dos materiais.
- 7.3. Fornecer todas as informações necessárias para que a contratada possa realizar a entrega dos materiais corretamente.
- 7.4. O recebimento provisório dos materiais não significa aceitação definitiva.
- 7.5. Receber provisoriamente o produto entregue, no ato da entrega, acompanhado da Nota Fiscal, mediante emissão do Termo de Recebimento Provisório de Material.
- 7.6. Garantir que o material entregue seja de primeira qualidade, de procedência certa, sem defeitos de fabricação ou armazenamento, garantindo eficiência e qualidade do produto final.

Rua São Lucas, nº2476, Setor 06
Buritis/RO, CEP: 76.880-000 – Fone 69 9 9912-5990
CNPJ 01.266.058/0001-44





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

7.7. Realizar o recebimento definitivo do material entregue após verificar se as especificações foram cumpridas, dentro de até 5 (cinco) dias úteis do recebimento provisório, mediante emissão do Termo de Recebimento Definitivo do Material.

7.8. Recusar e devolver, por meio do Termo de Recusa de Material, o produto que não estiver de acordo com as especificações ou apresentarem defeitos ou problemas que os tornem impróprios para uso.

7.9. O Termo de Recusa deve informar claramente o motivo da rejeição, o prazo para substituição e as penalidades aplicáveis pelo descumprimento.

7.10. Esclarecer qualquer dúvida da contratada sobre a execução da contratação.

7.11. Analisar e decidir sobre solicitações feitas pela contratada relacionadas à execução da contratação.

7.12. Notificar a contratada estipulando prazo para cumprimento da obrigação e indicar as penalidades em caso de descumprimento.

7.13. Prestar todos os esclarecimentos solicitados pela contratada.

7.14. Facilitar o cumprimento das obrigações pela contratada, garantindo acesso e condições adequadas conforme Nota de Empenho e o Termo de Referência.

7.15. Conferir rigorosamente o material entregue, através da Comissão de Recebimento, atestando os documentos de despesa apenas quando a entrega estiver completa, correta e conforme a nota de empenho e o termo de referência.

7.16. Zelar pelo cumprimento das obrigações de ambas as partes, incluindo aquelas previstas nos documentos que integram o contrato, mesmo que não estejam detalhadas no documento principal.

7.17. Realizar todas as publicações exigidas por lei.

7.18. Efetuar o pagamento conforme as condições estabelecidas neste termo de referência e na nota de empenho e no instrumento convocatório.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1. Executar o objeto contratação na qualidade e forma exigidas no presente termo, cumprindo os prazos e condições estabelecidas;

Rua São Lucas, nº2476, Setor 06
Buritis/RO, CEP: 76.880-000 – Fone 69 9 9912-5990
CNPJ 01.266.058/0001-44





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

8.2. Proceder à entrega do item, devidamente embalado, de forma a não serem danificados durante a operação de transporte e de carga e descarga, assinalando na embalagem a marca, destino, com as especificações detalhadas ou documento equivalente, para conferência;

8.3. Substituir, sem custos adicionais para a contratante, quaisquer itens que apresentem danos ou avarias;

8.4. Entregar o item acompanhado dos respectivos manuais técnicos e operacionais, devidamente traduzidos para o português;

8.5. Atender prontamente às solicitações da contratante relativas ao fornecimento contratado, prestando todos os esclarecimentos necessários;

8.6. Assumir integral responsabilidade por todas as despesas decorrentes do fornecimento, incluindo fretes, tributos e quaisquer outros encargos aplicáveis;

8.7. Responder por quaisquer danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo, não sendo excluída ou mitigada essa responsabilidade pela atuação de fiscalização ou acompanhamento realizada pela Secretaria;

8.8. Comunicar, por escrito, à Secretaria Municipal de Administração (SEMA) qualquer anormalidade de caráter urgente, prestando os esclarecimentos que forem julgados necessários.

9. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1. Advertência: A contratada vencedora poderá ser advertida por escrito em caso de descumprimento de qualquer obrigação assumida, incluindo prazos de entrega ou outras condições estabelecidas no Termo de Referência, conforme previsto no art. 156, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

9.2. Multa por Atraso na Entrega: A contratada vencedora estará sujeita a uma multa de 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso na entrega dos bens ou serviços, limitada a 15% (quinze por cento) do valor dos itens não entregues, conforme art. 156, inciso II, da Lei nº 14.133/2021. A multa deverá ser paga no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos a partir da notificação oficial da Administração.

9.3. Multa por Inexecução Parcial ou Total: Em caso de inexecução parcial ou total das obrigações, será aplicada uma multa de 15% (quinze por cento) sobre o valor dos bens ou serviços não entregues. O pagamento deve ser efetuado no prazo de 15 (quinze) dias corridos a contar da

Rua São Lucas, nº2476, Setor 06
Buritis/RO, CEP: 76.880-000 – Fone 69 9 9912-5990
CNPJ 01.266.058/0001-44





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

comunicação oficial da Administração, em conformidade com o art. 156, inciso II, da Lei nº 14.133/2021. Além disso, a contratada poderá ser responsabilizada por quaisquer prejuízos adicionais causados à Administração, conforme disposto no art. 155, parágrafo único, da mesma lei.

9.4. Impedimento de Licitar e Contratar com a Administração Pública: A contratada poderá ser impedida de participar de licitações e de contratar com a Administração Pública por até 05 (cinco) anos, conforme art. 156, inciso III, da Lei nº 14.133/2021.

10. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

10.1. Recebimento Provisório: O bem será inicialmente recebido de forma provisória no ato da entrega, acompanhados de nota fiscal ou documento equivalente. O responsável pela fiscalização da aquisição verificará a conformidade com as especificações do Termo de Referência e da proposta.

10.2. Rejeição de Bens: Bens em desacordo com as especificações podem ser rejeitados, total ou parcialmente, antes mesmo do recebimento provisório.

10.3. Recebimento Definitivo: A transferência definitiva ocorrerá dentro de 5 dias úteis após a recepção da nota fiscal, sujeita à verificação de qualidade e quantidade do material.

10.4. Prorrogação do Prazo de Recebimento: O prazo para a coleta definitiva poderá ser prorrogado por igual período, se justificado, para diligências relacionadas ao cumprimento das exigências da contratação.

10.5. Verificação da Nota Fiscal: Uma nota fiscal ou documento equivalente deve conter elementos essenciais como validade, dados de emissão, dados da aquisição, período de execução, valor a pagar e retenções tributárias.

11. DA FISCALIZAÇÃO

11.1. A CONTRATANTE, através de seus fiscais designados, efetuará a gestão e a fiscalização da contratação assegurando o fiel cumprimento das obrigações pela CONTRATADA.

11.2. A fiscalização da contratação formalizada por Nota de Empenho será exercida pelo Técnico Fiscal e pelo Fiscal Administrativo, os quais deverão atuar em conformidade com as diretrizes estabelecidas na Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis.

Rua São Lucas, nº2476, Setor 06
Buritis/RO, CEP: 76.880-000 – Fone 69 9 9912-5990
CNPJ 01.266.058/0001-44





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Liquidação

11.3. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) o período respectivo de execução da aquisição;
- d) o valor a pagar;
- e) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis

11.4. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

11.5 A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

Prazo para Pagamento

11.6. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, contados a partir do atesto da Nota Fiscal, desde que comprovado o cumprimento integral das obrigações contratuais, já consideradas eventuais glosas ou descontos aplicáveis, conforme previsto no Decreto Municipal nº 13.509/2023, de 15 de março de 2023.

Forma de Pagamento

11.7. O pagamento será realizado mediante ordem bancária, em conta corrente, banco e agência indicados pela contratada.

12. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR.

12.1. A adoção do procedimento de **dispensa eletrônica** para a presente contratação encontra fundamento no art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, tendo em vista que o valor estimado da despesa se enquadra dentro dos limites legais estabelecidos para a dispensa de licitação.

Rua São Lucas, nº2476, Setor 06
Buritis/RO, CEP: 76.880-000 – Fone 69 9 9912-5990
CNPJ 01.266.058/0001-44





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

12.2. A utilização desse instrumento visa proporcionar maior celeridade e eficiência na satisfação das demandas administrativas, sem prejuízo da observância dos princípios que regem a Administração Pública, especialmente os da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência e economicidade.

12.3. A realização do procedimento por meio eletrônico contribui para ampliar a transparência, a publicidade e a competitividade, possibilitando que diversos fornecedores tenham acesso às informações da contratação e possam apresentar propostas em igualdade de condições. Ademais, a utilização de plataforma digital permite o registro e acompanhamento de todas as etapas do processo, assegurando maior controle, rastreabilidade dos atos administrativos e fortalecimento dos mecanismos de controle interno e social.

12.4. Dessa forma, a dispensa eletrônica apresenta-se como alternativa adequada, eficiente e alinhada às boas práticas da gestão pública, garantindo maior segurança jurídica ao procedimento e promovendo a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, em conformidade com os dispositivos da Lei nº 14.133/2021 e demais normativos aplicáveis.

12.5. A adjudicação do objeto será realizada com base no critério de **MENOR PREÇO POR ITEM**, observando-se sempre a proposta mais vantajosa para a Administração, desde que atendidas todas as exigências técnicas, condições e especificações estabelecidas neste Termo de Referência.

Exigências de Habilitação Jurídica

O licitante deverá comprovar sua habilitação jurídica, conforme a seguir:

12.6. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, na Junta Comercial da sede;

12.7. Microempreendedor Individual (MEI): apresentação do Certificado de Condição de MEI (CCMEI), cuja autenticidade será verificada no site oficial do Governo Federal;

12.8. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

12.9. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documentos comprobatórios de seus administradores;

12.10. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

12.11. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documentos comprobatórios de seus administradores;

12.12. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

12.13. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

12.14. Documentos de identificação contendo RG e CPF do(s) sócio(s) ou sócio administrador;

12.15 Instrumento de procuração, devidamente registrado em Cartório (quando for o caso), acompanhado dos documentos pessoais do procurador (RG e CPF);

12.16 Registro Comercial, no caso de empresa individual.

12.17. Decreto de Autorização, devidamente arquivado em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País.

12.18. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva. Habilitação fiscal, social e trabalhista

12.19. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

12.20. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida

Rua São Lucas, nº2476, Setor 06
Buritis/RO, CEP: 76.880-000 – Fone 69 9 9912-5990
CNPJ 01.266.058/0001-44





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

12.21 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

12.22. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

12.23. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual, Municipal ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

12.24. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

12.25. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual e Municipal ou Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

12.26 O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

12.27. Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da empresa, emitida nos últimos 90 dias ou dentro do prazo de validade indicado na própria certidão;

12.28. Caso a certidão seja positiva para recuperação judicial ou extrajudicial, deverá ser apresentada comprovação judicial da aprovação do plano de recuperação, conforme art. 58 da Lei nº 11.101/2005, além da comprovação dos demais requisitos de habilitação.

Qualificação Técnica

12.29. Não será exigida a apresentação de Atestado de Capacidade Técnica, tendo em vista que a contratação se refere à aquisição de materiais para fornecimento imediato e integral, e não se trata





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

de serviços contínuos, obras de grande porte ou contratações de elevado valor. A dispensa do atestado encontra respaldo no art. 67 da Lei nº 14.133/2021.

13. ESTIMATIVAS DO VALOR DA AQUISIÇÃO

13.1. O custo estimado total da aquisição é de R\$ 4.017,40 (quatro mil e dezessete reais e quarenta centavos).

14. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1. As despesas decorrentes da presente aquisição correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento da Prefeitura Municipal de Buritis.

14.2. A aquisição será atendida pela seguinte dotação:

SEMA

02.03.01 - Secretaria Municipal de Administração

04.122.1001.2004 – Manutenção das Atividades Administrativas da SEMA

4.4.90.52.00 – Equipamentos E Material Permanente

Ficha – 48

15. DAS CLÁUSULAS INSTRUMENTO CONTRATUAL E OBRIGAÇÕES

15.1. A presente aquisição será formalizada exclusivamente por meio de Nota de Empenho, a qual constituirá o instrumento hábil para a execução da despesa e para a formalização da obrigação entre a Administração e a empresa contratada.

15.2. A Nota de Empenho deverá conter, obrigatoriamente, a identificação do credor, a descrição detalhada do objeto, o valor total da despesa e a indicação da dotação orçamentária correspondente, observando integralmente as disposições legais e contábeis aplicáveis.

15.3. Vigência e Conclusão da Aquisição A vigência da presente aquisição perdurará até o cumprimento integral das obrigações assumidas pelas partes, compreendendo a entrega total dos equipamentos pela contratada e o respectivo pagamento pela Administração, observadas as condições estabelecidas neste Termo de Referência e na Nota de Empenho emitida para formalização da despesa.

15.4. Penalidades pelo Descumprimento Contratual O descumprimento das condições, prazos ou quaisquer outras obrigações previstas neste instrumento, sem justificativa devidamente aceita pela

Rua São Lucas, nº2476, Setor 06
Buritis/RO, CEP: 76.880-000 – Fone 69 9 9912-5990
CNPJ 01.266.058/0001-44





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Administração, sujeitará a empresa contratada à aplicação das sanções administrativas cabíveis, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo das demais medidas legais aplicáveis.

15.5. Natureza das Penalidades Aplicáveis As penalidades administrativas poderão compreender, observada a gravidade da infração e os princípios da proporcionalidade e razoabilidade:

I – Advertência, nos casos de infrações de menor gravidade;

II – Multa, aplicada na forma e nos limites estabelecidos pela legislação vigente;

III – Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo previsto na legislação aplicável;

IV – Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, quando configuradas infrações graves, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

15.6. Procedimento para Aplicação das Penalidades A aplicação de quaisquer penalidades será precedida da instauração de processo administrativo, assegurando à contratada o direito ao contraditório e à ampla defesa, em conformidade com os princípios do devido processo legal e com as disposições previstas na Lei nº 14.133/2021.

16. DO FORO

16.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Buritis, Estado de Rondônia, como o único competente para dirimir quaisquer dúvidas, controvérsias ou litígios decorrentes deste processo licitatório e de seus atos subsequentes, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja salvo acordo entre as partes ou disposição legal em sentido diverso.

17. DOS APÊNDICES

Fazem parte integrante deste instrumento, para todos os fins de direito, os seguintes documentos:

Apêndice I – Estudo Técnico Preliminar (ID: .3.9 A9.4E8);

Apêndice II – Matriz de Gerenciamento de Riscos (ID: 3.AB4.99B).

18. DAS INFORMAÇÕES GERAIS

18.1. Informações adicionais poderão ser obtidas por meio dos seguintes canais de atendimento:

Telefone: (69) 9 9991-2637

E-mail: cpl@buritis.ro.gov.br

Rua São Lucas, nº2476, Setor 06
Buritis/RO, CEP: 76.880-000 – Fone 69 9 9912-5990
CNPJ 01.266.058/0001-44





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Atendimento presencial: Sala da Superintendência Municipal de Licitação, localizada na sede da Prefeitura Municipal de Buritis, situada na Rua São Lucas, nº 2476, Setor 06 – Buritis/RO, de segunda a sexta-feira, no horário das 07h30min às 13h30min.

19. RESPONSÁVEIS

Elaborado por:

JOSELI MOREIRA DE ARAUJO

Assessora Executiva – SEMA

Autorizado por:

JACSON DOUGLAS FOGAÇA

Secretário Municipal de Administração

Rua São Lucas, nº2476, Setor 06
Buritis/RO, CEP: 76.880-000 – Fone 69 9 9912-5990
CNPJ 01.266.058/0001-44





PREFEITURA DE BURITIS - RO
RUA SÃO LUCAS, 2.476 - SETOR 06, BURITIS / RO - 76.880-000
CNPJ: 01.266.058/0001-44

Assinaturas do Documento



Documento Assinado Eletronicamente por **JACSON DOUGLAS FOGAÇA - SECRETARIO DE ADMINISTRACAO**, CPF: 019.96*. **2-*0 em 09/03/2026 11:43:08, Cód. Autenticidade da Assinatura: 11X8.4343.208X.6009.3350, com fundamento na Lei Nº 14.063, de 23 de Setembro de 2020.



Documento Assinado Eletronicamente por **JOSELI MOREIRA DE ARAÚJO**, CPF: 021.23*. **2-*1 em 09/03/2026 10:31:56, Cód. Autenticidade da Assinatura: 1028.2931.856K.321R.8825, com fundamento na Lei Nº 14.063, de 23 de Setembro de 2020.



Informações do Documento

ID do Documento: **3.ABA.E5E** - Tipo de Documento: **TERMO DE REFERÊNCIA.**

Elaborado por **JOSELI MOREIRA DE ARAÚJO**, CPF: 021.23*. **2-*1, em 09/03/2026 - 10:31:56

Código de Autenticidade deste Documento: 10H2.7131.4564.971A.4618

A autenticidade do documento pode ser conferida no site: <https://athus.buritis.ro.gov.br/verdocumento>





**ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

O presente Estudo Técnico Preliminar tem por objetivo demonstrar a viabilidade técnica e econômica da despesa com pretensa contratação, mensurar os riscos, bem como fornecer informações necessárias para subsidiar o Termo de Referência e demais documentos relacionados ao processo de acordo com os princípios que regem a Administração Pública e a Lei nº 14.133/2021.

1.INFORMAÇÕES BÁSICAS

Número do processo: 0000340.01.01-2026

Categoria do Objeto: Equipamentos e material permanente

Área Requisitante: Secretaria Municipal de Administração

Responsável Técnico: Jacson Douglas Fogaça

2.DESIGNAÇÃO DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO

2.1.O presente Estudo Técnico Preliminar foi elaborado pela Equipe de Planejamento e Apoio a Contratação designado através da Portaria nº 18/SEMA/PMB/2025 e os aspectos administrativos da contratação foram devidamente verificados pelo responsável pela revisão, sendo aprovado pela área demandante e área administrativa.

3.DIRETRIZES QUE NORTEARÃO ESTE ETP:

3.1. As diretrizes que nortearão este Estudo Técnico Preliminar têm como base a Lei Federal nº 14.133 de 2021 e o Decreto 13.509 de 15 de março de 2023 do município de Buritis/RO.

4.DESCRICÃO DA NECESSIDADE -(Conforme a disposto no Art. 18 § 1º inciso I)

4.1. Justifica-se a necessidade de aquisição de **02 (dois) Kits Ocean Tech Bomba AC-6000 6.000 L/h + Filtro UV 13W**, destinados à fonte ornamental localizada na entrada do Prédio da Prefeitura Municipal de Buritis, atualmente inoperante por ausência dos equipamentos adequados.

4.2. O kit composto por bomba submersa de alta vazão e filtro UV integrado mostra-se tecnicamente mais adequado, garantindo circulação contínua da água, controle de impurezas e redução de proliferação de algas, proporcionando melhor conservação da estrutura da fonte e qualidade estética do espaço público.

5.ÁREA REQUISITANTE

Secretaria Municipal de Administração

6.DESCRICÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO -(Conforme a disposto no Art. 18 § 1º inciso III)

6.1. Requisitos técnicos do Equipamento:





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

A contratação deverá contemplar o fornecimento de **02 (dois) Kits Ocean Tech Bomba AC-6000 + Filtro UV 13W**, ou equivalente técnico de qualidade igual ou superior, contendo as seguintes especificações mínimas:

Bomba Submersa Modelo AC-6000:

- Frequência: 60Hz
- Potência: 55W
- Vazão mínima: 3.000 L/h
- Vazão máxima: 6.000 L/h
- Coluna d'água: 3,6 metros
- Conexões: 15mm, 21mm e 26mm
- Dimensões: 21 x 9 x 12,5 cm
- Cabo de energia: mínimo 2 metros
- Cabo do controlador: mínimo 1,4 metros
- Tensão: 110V ou 220V (compatível com rede elétrica local)

Filtro UV 13W:

- Potência: 13W
- Capacidade máxima: 6.000 litros
- Tipo de filtragem: mecânico com esterilização por raios UV
- Dimensões: 27 x 9 x 8 cm

Os equipamentos deverão ser novos, originais de fábrica, acompanhados de manual técnico, certificado de garantia mínima de 12 meses e em perfeitas condições de funcionamento.

6.2. Condições de Participação:

Poderão participar deste certame todas as empresas:

- 6.2.1 – Legalmente constituídas, com regularidade fiscal e jurídica comprovadas, e em situação regular nos cadastros exigidos pela legislação vigente;
- 6.2.2 – Cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto licitado;
- 6.2.3 – Que atendam integralmente às especificações constantes neste ETP e às demais exigências editalícias;
- 6.2.4 – Que não estejam impedidas de contratar com a Administração Pública, nos termos da legislação aplicável.

6.3. Garantias e Responsabilidades do Fornecedor:





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

6.3.1 – O fornecedor deverá garantir a qualidade e o pleno funcionamento das bombas e filtros responsabilizando-se pela substituição de qualquer defeito de fabricação ou falha apresentada durante o período de garantia;

6.3.2 – A empresa contratada será responsabilizada por quaisquer prejuízos causados à Administração Pública em decorrência de descumprimento de prazos, entrega de produto em desacordo com as especificações ou não atendimento a solicitações formais;

6.3.3 – Em caso de descumprimento das obrigações assumidas, a contratada estará sujeita às sanções administrativas previstas na Lei nº 14.133/2021 e demais normativos aplicáveis, sem prejuízo de eventuais reparações por danos causados.

6.4. Condições Logísticas e de Entrega:

6.4.1 – Todas as despesas com frete, transporte, embalagem, carregamento, descarga e demais encargos logísticos necessários à entrega das bombas e filtros serão de responsabilidade exclusiva da contratada;

6.4.2– Não será admitida a cobrança posterior de quaisquer valores adicionais além daqueles previstos na proposta de preços, sob pena de aplicação das penalidades cabíveis.

6.5. Vedações Contratuais:

6.5.1 Fica vedada a subcontratação parcial ou total do fornecimento objeto deste contrato. Logo que se trata de itens de simples fornecimento.

6.6. Impedimentos à Participação:

Não poderão participar do certame:

6.6.1 – Empresas em processo de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, dissolução ou liquidação;

6.6.2– Empresas declaradas inidôneas ou suspensas de contratar com a Administração Pública, em qualquer esfera federativa, enquanto perdurarem os efeitos da penalidade;

6.6.3 – Empresas estrangeiras que não apresentem documentação traduzida e legalizada, conforme exigido pela legislação;

6.6.4 – Empresas que possuam, em seu quadro societário ou funcional, servidores públicos vinculados ao Município de Buritis, seja como sócios, dirigentes ou empregados, observadas as vedações legais.

6.7. Sustentabilidade:

6.7.1 Em conformidade com as diretrizes do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, o fornecimento deverá atender aos seguintes critérios ambientais:





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

6.7.2 Utilização de embalagens adequadas, com o menor volume possível e preferencialmente recicláveis ou reutilizáveis, garantindo a integridade do equipamento durante o transporte e o armazenamento;

6.7.3. Não serão aceitos produtos usados, reconicionados ou remanufaturados, devendo os equipamentos ser novos, de primeiro uso e em perfeitas condições de funcionamento; Sempre que possível, deverão ser adotadas práticas e materiais de baixo impacto ambiental, promovendo a sustentabilidade ao longo da cadeia de fornecimento;

6.7.4. Os equipamentos deverão apresentar eficiência energética compatível com sua finalidade, de modo a reduzir o consumo de energia elétrica e evitar desperdícios durante a operação;

6.7.5 Os materiais utilizados na fabricação dos equipamentos deverão ser resistentes e duráveis, visando à ampliação da vida útil e à redução da geração de resíduos sólidos; O fornecedor deverá observar práticas ambientalmente responsáveis no transporte e manuseio dos produtos, evitando vazamentos, danos ao equipamento ou riscos de poluição ambiental.

7. LEVANTAMENTO DE MERCADO - (Conforme a disposto no Art. 18 § 1º inciso V)

7.1. Foram realizadas análises de contratações semelhantes efetuadas por outros órgãos e entidades públicas, por meio de consultas a editais e processos licitatórios disponíveis, com o objetivo de identificar metodologias, tecnologias ou soluções inovadoras que melhor atendam às necessidades da Administração.

Órgão	Ata/Edital	Objetivo	Fonte
Prefeitura Municipal De Raposa/MA	Pregão - Eletrônico	Registro de Preços para a futura e eventual aquisição de materiais hidráulicos, elétricos e eletromecânica (bombas submersas), para atender às necessidades do Serviços Autônomo de Água e Esgoto do Município de Raposa/MA (SAAE), conforme condições, quantidades e exigências	Portal Nacional de Contratações Públicas





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

		estabelecidas neste Edital e seus anexos.	
Prefeitura Municipal de MUNICIPIO DE VARJAO	Dispensa De Licitação	contratação de empresa especializada para aquisição de uma bomba para a fonte central do município, para atender as demandas da secretaria de ação urbana	Portal Nacional de Contratações Públicas

7.2. Levantamento de Alternativas das Possibilidades para Aquisição Kits Ocean Tech Bomba AC-6000 + Filtro UV 13W.

7.2.1. Para atendimento à necessidade de reativação da fonte ornamental da Prefeitura Municipal de Buritis, foram avaliadas as seguintes alternativas de contratação para aquisição dos **Kits Ocean Tech Bomba AC-6000 + Filtro UV 13W**.

a) Aquisição do Kits Ocean Tech Bomba AC-6000 + Filtro UV 13W: Alternativa que atende plenamente à necessidade administrativa, garantindo funcionamento adequado, eficiência energética, disponibilidade imediata no mercado e vida útil compatível com o uso contínuo da fonte. Trata-se da opção mais segura, eficiente e tecnicamente adequada.

b) Locação de equipamentos: Alternativa avaliada e descartada, uma vez que não se mostra economicamente vantajosa para uma necessidade de uso contínuo e permanente, além de gerar custos recorrentes superiores à aquisição definitiva.

7.2.2. Diante do exposto, conclui-se que a aquisição do kit é a alternativa que melhor atende aos princípios da economicidade, eficiência e continuidade do serviço público.

8.DESCRICÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO -(Conforme a disposto no Art. 18 § 1º inciso VII)

8.1. A solução proposta consiste na aquisição de **02 (dois) Kits Ocean Tech Bomba AC-6000 6.000 L/h + Filtro UV 13W**, destinados à reativação e pleno funcionamento da fonte ornamental da Prefeitura Municipal de Buritis.

9.ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS - (Conforme a disposto no Art. 18 § 1º inciso IV)





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

ITEM	DESCRIÇÃO	CODIGO	UND	QUANT
1	Kit Ocean Tech Bomba 6000l/h Ac-6000+ Filtro Uv 13w Frequência :60hz Especificações Técnicas: Modelo: AC-6000 Potência: 55W Vazão Mínima: 3.000 L/h Vazão Máxima: 6.000 L/h Coluna D'água: 3,6m Conexões: 15, 21 e 26mm Dimensões (CxLxA): 21x9x12,5cm Comprimento do Cabo de Energia: 2m Comprimento do Cabo do Controlador: 1,4m Filtro UV 13W: Potência do Filtro UV: 13W Capacidade Máxima do Filtro: 6.000 L Modelo Detalhado do Filtro UV: 13W Tipo de Filtração: Mecânico com raios UV Dimensões do Filtro UV (CxLxA): 27x9x8cm Disponível nas versões 110V ou 220V.	482095 (Genérico)	Und	02

10. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO - (Conforme a disposto no Art. 18 § 1º inciso VI)

ITEM	DESCRIÇÃO	CODIGO	UND	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	Kit Ocean Tech Bomba 6000l/h Ac-6000+ Filtro Uv 13w Frequência :60hz Especificações Técnicas: Modelo: AC-6000 Potência: 55W Vazão Mínima: 3.000 L/h Vazão Máxima: 6.000 L/h Coluna D'água: 3,6m	482095 (Genérico)	02	R\$ 2.850,00	R\$5.700,00





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Conexões: 15, 21 e 26mm Dimensões (CxLxA): 21x9x12,5cm Comprimento do Cabo de Energia: 2m Comprimento do Cabo do Controlador: 1,4m Filtro UV 13W: Potência do Filtro UV: 13W Capacidade Máxima do Filtro: 6.000 L Modelo Detalhado do Filtro UV: 13W Tipo de Filtração: Mecânico com raios UV Dimensões do Filtro UV (CxLxA): 27x9x8cm Disponível nas versões 110V ou 220V.				
--	--	--	--	--

VALOR (R\$5.700,00).

10.1.A pesquisa prévia de preços foi realizada junto a empresa do ramo, conforme documentação anexa. Com base nas informações apresentadas, foi elaborada a estimativa de valores.

10.2. O custo estimado da aquisição é de R\$5.700,00(cinco mil e setecentos reais).

10.3. O valor apresentado nesta etapa representa apenas uma estimativa para fins de planejamento. O valor a ser efetivamente contratado será aquele aferido a partir das propostas apresentadas, conforme a cotação realizada durante o certame.

11.JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO -(Conforme a disposto no Art. 18 § 1º inciso VIII)

11.1. A presente contratação será realizada por dispensa de licitação, nos termos do art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, por se tratar da aquisição de bens comuns de pequeno valor, cujo montante estimado não ultrapassa o limite legal estabelecido para contratações diretas no âmbito





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

da Administração Pública Municipal.

11.2. A aquisição direta do kit composto por bomba e filtro UV, classificados como bens permanentes, justifica-se pela necessidade imediata dos equipamentos para o adequado desempenho das atividades da Secretaria, especialmente para o restabelecimento e a operação da fonte instalada na entrada do Prédio da Prefeitura Municipal, evitando a interrupção das atividades institucionais.

11.3. A contratação direta mostra-se cabível em razão do baixo risco operacional da aquisição e da simplicidade do objeto, tratando-se de solução padronizada e de fácil instalação.

11.4. Quanto ao parcelamento da solução, conclui-se que **não é tecnicamente recomendável**, uma vez que o kit constitui solução integrada de fábrica, com bomba e filtro UV projetados para funcionamento conjunto e compatível. A eventual aquisição separada dos componentes poderia gerar incompatibilidade técnica, necessidade de adaptações e riscos ao desempenho do sistema, além de possível elevação de custos.

11.5. A aquisição conjunta do kit assegura maior eficiência operacional, melhor desempenho do equipamento, redução de riscos técnicos e maior economicidade, atendendo aos princípios previstos na Lei nº 14.133/2021.

11.6. Dessa forma, a adoção da contratação direta, com fundamento no art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, apresenta-se plenamente justificada, vantajosa e juridicamente amparada, assegurando o atendimento ao interesse público, a economicidade dos recursos municipais e a execução eficiente do objeto da contratação.

12. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES-(Conforme a disposto no Art. 18 § 1º inciso XI)

12.1 O objeto desta aquisição não se enquadra em correlata ou interdependente.

12.2 Justifica o não enquadramento da aquisição visando atender uma necessidade específica e isolada, que não possui relação direta com outras aquisições ou projetos atualmente em execução.

13. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO-(Conforme a disposto no Art. 18 § 1º inciso II)

13.1. Justifico, para os devidos fins a quem possa interessar que a despesa em questão consta no Plano de Contratações Anual 2026 deste Município conforme item 351 de acordo com o plano anual de contratações.

14. RESULTADOS PRETENDIDOS-(Conforme a disposto no Art. 18 § 1º inciso IX)

14.1. Com a presente contratação, pretende-se assegurar a aquisição imediata o kit com sistema de filtragem UV, garantindo o pleno funcionamento da fonte instalada na entrada do Prédio da





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Prefeitura Municipal, contribuindo para a adequada apresentação do espaço público e para a valorização do patrimônio municipal.

14.2. Espera-se, ainda, alcançar maior eficiência administrativa, por meio da adoção de solução compatível com as necessidades técnicas da Secretaria, com baixo risco operacional, facilidade de instalação e disponibilidade imediata no mercado local.

14.3. A contratação visa também garantir a economicidade dos recursos públicos, mediante a aquisição de bens comuns com especificações técnicas adequadas, preço compatível com os valores praticados no mercado e observância aos princípios da legalidade, eficiência, transparência e vantajosidade, conforme disposto na Lei nº 14.133/2021.

15. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS -(Conforme a disposto no Art. 18 § 1º inciso X)

15.1. A presente aquisição refere-se a MATERIAL PERMANENTE, considerando que as 02 (duas) bombas destinam-se ao uso contínuo da fonte. Trata-se de equipamentos destinados à utilização prolongada e passíveis de incorporação ao patrimônio público, ainda que sujeitos a desgaste, falhas ou eventual queima, decorrentes de fatores operacionais, elétricos ou de uso, circunstâncias que não descaracterizam sua natureza de bem permanente.

15.2. Para a adequada execução da contratação, deverão ser adotadas as seguintes providências:

15.3. Recebimento e fiscalização dos equipamentos por servidor designado, com verificação da quantidade, especificações técnicas, integridade física e conformidade com o solicitado;

15.4. Preparação do local por eletricitista habilitado, incluindo adequações elétricas necessárias, verificação de tensão, proteção e segurança, de modo a assegurar a correta instalação e funcionamento dos equipamentos;

15.5. Instalação da bomba, observando as normas técnicas e de segurança aplicáveis;

15.6. Formalização da contratação do fornecedor, com definição de prazos de entrega, condições de garantia e responsabilidades pelo transporte e descarga;

15.7. As providências descritas visam assegurar a correta aplicação dos recursos públicos, a regularidade do processo administrativo e a efetividade da aquisição, com a devida incorporação dos bens ao patrimônio municipal.

16. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS -(Conforme a disposto no Art. 18 § 1º inciso XII)

16.1. A aquisição **Kit Ocean Tech Bomba 6000l/h Ac-6000+ Filtro Uv 13w** apresenta baixo impacto ambiental, uma vez que se trata de equipamentos de pequeno porte, destinados ao uso em fonte ornamental, sem geração direta de resíduos perigosos ou poluentes durante sua operação.

16.2. Os principais impactos ambientais potenciais estão relacionados ao consumo de energia elétrica durante o funcionamento do equipamento e à geração de resíduos sólidos ao final de sua





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

vida útil, como componentes metálicos, plásticos e partes elétricas.

16.3. Como **medidas de mitigação**, serão adotadas as seguintes ações: destinação adequada dos resíduos, gerados ao final da vida útil dos equipamentos, priorizando a reciclagem e observando a legislação ambiental vigente;

16.4. Instalação correta por profissional habilitado, assegurando o funcionamento adequado e reduzindo riscos de falhas, desperdícios e retrabalho;

16.5. Seleção de equipamentos compatíveis e eficientes, adequados à real necessidade da fonte, de modo a evitar consumo excessivo de energia elétrica;

17.DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE-(Conforme a disposto no Art. 18 § 1º inciso XIII)

17.1. Declara-se, para os devidos fins, que a contratação destinada à aquisição do **Kit Ocean Tech Bomba 6000l/h AC-6000 + Filtro UV 13W** mostra-se viável técnica, operacional, econômica e ambientalmente, atendendo às necessidades da Administração Pública e ao interesse público.

17.2. A solução proposta é compatível com as condições existentes, apresenta baixo risco operacional e possui especificações técnicas objetivas, permitindo a obtenção de preços compatíveis com os praticados no mercado, assegurando a vantajosidade da contratação. Ressalta-se, ainda, que por se tratar de kit completo, com bomba e filtro UV já integrados de fábrica, não haverá necessidade de adaptações técnicas para funcionamento conjunto dos equipamentos. A aquisição do conjunto acoplado reduz riscos de incompatibilidade entre componentes, situação que poderia ocorrer caso fossem adquiridos separadamente, evitando retrabalhos, custos adicionais e eventual comprometimento da eficiência do sistema.

17.3. A viabilidade da contratação encontra respaldo no art. 18, §1º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021, que exige a demonstração da adequação da solução escolhida quanto à sua viabilidade e aos impactos decorrentes de sua implementação, os quais, no presente caso, são considerados reduzidos, plenamente mitigáveis e tecnicamente controláveis.

17.4. Dessa forma, conclui-se que a contratação é necessária, adequada e viável, estando em conformidade com os princípios da legalidade, eficiência, economicidade, planejamento e sustentabilidade, podendo ser adotada pela Administração Pública nos termos da legislação vigente.





**ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**

Elaborado por:

Joseli Moreira de Araujo

Assessora Executiva

ASSINATURA:

Jacson Douglas Fogaça

Secretário Municipal de Administração





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PESQUISA DE PREÇO

CNPJ: 52.014.162/0001-82

ALX Comércio e Serviços LTDA
Rua Helenita Ferreira de Souza, 1151, St. 01
CEP: 76.880-000 - BURITIS - RO

Empresa: _____
CNPJ: _____
Endereço: _____
Telefone: 69- 98422-8753
Email: CELSPZANDOTT@hotmail.com

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS	UND	QTD	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
01	Kit Bomba 6000l/h Ac-6000 + Filtro Uv 13w Frequência :60hz Especificações Técnicas: Modelo: AC-6000 Potência: 55W Vazão Mínima: 3.000 L/h Vazão Máxima: 6.000 L/h Coluna D'água: 3,6m Conexões: 15, 21 e 26mm Dimensões (CxLxA): 21x9x12,5cm Comprimento do Cabo de Energia: 2m Comprimento do Cabo do Controlador: 1,4m Filtro UV 13W: Potência do Filtro UV: 13W Capacidade Máxima do Filtro: 6.000 L Modelo Detalhado do Filtro UV: 13W Tipo de Filtração: Mecânico com raios UV Dimensões do Filtro UV (CxLxA): 27x9x8cm Escolha a Melhor Opção para Seu Projeto: Disponível nas versões 110V ou 220V	UND	02	R\$ 2.850,00 Ocean Tech	R\$ 5.700,00

Funcionária (o) da empresa: CELSPZANDOTT

Data da pesquisa: 09 / 02 / 2026

Servidor responsável pela pesquisa: _____

Rua São Lucas, 2476, Setor 06 – Buritis/RO - Fone/Fax (69) 3238-2383/2486/3860.
CNPJ 01.266.058/0001-44 – CEP 76.880-000



CPF: 019.961.231-0001
CPF: 019.961.231-0002
CPF: 019.961.231-0003
CPF: 019.961.231-0004





PREFEITURA DE BURITIS - RO
RUA SÃO LUCAS, 2.476 - SETOR 06, BURITIS / RO - 76.880-000
CNPJ: 01.266.058/0001-44

Assinaturas do Documento



Documento Assinado Eletronicamente por **JACSON DOUGLAS FOGAÇA - SECRETARIO DE ADMINISTRACAO**, CPF: 019.96*. **2-*0 em 13/02/2026 09:56:45, Cód. Autenticidade da Assinatura: 09X6.4H56.645Z.W48K.2586, com fundamento na Lei Nº 14.063, de 23 de Setembro de 2020.



Documento Assinado Eletronicamente por **JOSELI MOREIRA DE ARAÚJO**, CPF: 021.23*. **2-*1 em 13/02/2026 09:37:19, Cód. Autenticidade da Assinatura: 09K3.2W37.4199.W53R.5365, com fundamento na Lei Nº 14.063, de 23 de Setembro de 2020.



Informações do Documento

ID do Documento: **3.9A9.4E8** - Tipo de Documento: **ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR (ETP)**.

Elaborado por **JOSELI MOREIRA DE ARAÚJO**, CPF: 021.23*. **2-*1, em 13/02/2026 - 09:37:19

Código de Autenticidade deste Documento: 0960.4W37.219Z.1262.0004



A autenticidade do documento pode ser conferida no site: <https://athus.buritis.ro.gov.br/verdocumento>





THIAGO ALVES DE SOUSA -
SUPERINTENDENTE DE LICITAÇÕES E

Assinaturas do Documento

CONTRATAÇÕES



Documento Assinado Eletronicamente por **THIAGO ALVES DE SOUSA - SUPERINTENDENTE DE LICITAÇÕES E CONTRATAÇÕES**, CPF: 010.761.222-99 em 04/05/2026 07:59:51, Cód. Autenticidade da Assinatura: 07A2.2R59.5513.E132.4052, com fundamento na Lei Nº 14.063, de 23 de Setembro de 2020.



Documento Assinado Eletronicamente por **JAYNE DA SILVA BARBOSA BELTRÃO - ASSESSOR EXECUTIVO DA SUPERINTENDENTE DE LICITAÇÕES E CONTRATAÇÕES**, CPF: 058.711.222-66 em 04/05/2026 07:58:35, Cód. Autenticidade da Assinatura: 07Z1.5R58.0352.8642.6673, com fundamento na Lei Nº 14.063, de 23 de Setembro de 2020.



Informações do Documento

ID do Documento: **3.D76.168** - Tipo de Documento: **AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA**.

Elaborado por **JAYNE DA SILVA BARBOSA BELTRÃO**, CPF: 058.711.222-66, em 04/05/2026 - 07:58:35

Código de Autenticidade deste Documento: 0768.7158.2356.K877.0113

A autenticidade do documento pode ser conferida no site: <https://athus.buritis.ro.gov.br/verdocumento>

